



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 19, n. 9, art. 3, p. 49-62, set. 2022

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2022.19.9.3>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Importância da Capacidade Absortiva na Inovação do Setor Público: Uma Revisão da Literatura

Importance of Absortive Capacity in Public Sector Innovation: A Literature Review

Romario Martins de Sousa

Mestrando no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí
Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí

Coordenador Pedagógico e Técnico em Assuntos Educacionais pela Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Campus Uruçuí

E-mail: romariomartins@ifpi.edu.br

Márcio Nannini da Silva Florêncio

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe
Mestre em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe

Professor Substituto do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Uruçuí

E-mail: marcio_nannini@academico.ufs.br

Thiago Assunção de Moraes

Doutor e Mestre em Administração pela Universidade Federal da Paraíba

Professor no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí

Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - Campus Barros Araújo - Picos.

E-mail: thiagoassuncao@pcs.uespi.br

Endereço: Romario Martins de Sousa

Instituto Federal do Piauí - Campus Uruçuí – PI-247, s/n
- Portal dos Cerrados, Uruçuí - PI, 64860-000, Brasil.

Endereço: Márcio Nannini da Silva Florêncio

Instituto Federal do Piauí - Campus Uruçuí – PI-247, s/n
- Portal dos Cerrados, Uruçuí - PI, 64860-000, Brasil.

Endereço: Thiago Assunção de Moraes

Universidade Estadual do Piauí - Campus Prof. Barros
Araújo– Bairro Altamira - BR-316, Km 299, Picos - PI,
64600-000., Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 10/05/2022. Última versão
recebida em 25/05/2022. Aprovado em 26/05/2022.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

Este estudo objetiva analisar a literatura existente com o propósito de identificar a importância da capacidade absorptiva para inovação no setor público, a fim de indicar elementos que permitam uma compreensão aprimorada do tema. Para tanto, uma revisão narrativa da literatura foi conduzida a fim de sintetizar os trabalhos anteriores sobre o tema. O estudo aborda os aspectos teóricos que vão desde o estabelecimento do modelo de administração gerencial culminando na importância da capacidade absorptiva para inovação no setor público. Apesar das poucas pesquisas no tema, a capacidade absorptiva apresenta-se como um importante antecedente organizacional para geração de inovações que respondam aos variados desafios das organizações públicas em responder às demandas da sociedade.

Palavras-chave: Administração Pública. Inovação. Capacidade Absortiva. Revisão da Literatura.

ABSTRACT

This study aims to analyze the existing literature in order to identify the importance of absorptive capacity for innovation in the public sector in order to indicate elements that allow an improved understanding of the subject. Therefore, a narrative review of the literature was conducted in order to synthesize previous works on the topic. The study approaches the theoretical aspects that go from the establishment of the model of managerial administration culminating in the importance of the absorptive capacity for innovation in the public sector. Despite the few researches on the subject, the absorptive capacity presents itself as an important organizational antecedent for the generation of innovations that respond to the varied challenges of public organizations in responding to the demands of society.

Keywords: Public Administration. Innovation; Absorptive Capacity. Literature Review.

1 INTRODUÇÃO

A Nova Administração Pública (NAP) representou um movimento único de estudiosos e gestores públicos que propuseram um conjunto de ideias administrativas que visavam à modernização da máquina pública. Entre os princípios traçados, destacam-se as proposições de mudanças organizacionais para estabelecer a primazia de princípios gerenciais voltados para resultados (ou seja, conceitos modernos de administração do setor privado) sobre o modelo burocrático tradicional (SEABRA, 2001).

Nessa perspectiva, a modernização da administração pública visa tornar o Estado mais eficiente no sentido de atender às demandas societárias cada vez mais complexas. Para tanto, a inovação apresenta-se como um caminho necessário para que a administração pública produza soluções mais assertivas que acompanhem as transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas ocorridas ao longo dos anos.

Diversos são os motivos que justificam a introdução e a mobilização em favor da inovação no setor público, a exemplo da melhoria da qualidade dos serviços públicos, diminuição das desigualdades sociais e tantos outros desafios que o governo enfrenta para cumprir sua importante missão de promover o bem-estar da população (NOVECK, 2015).

Entre as novas formas organizacionais responsáveis pela inovação no setor público, destacam-se os laboratórios de inovação que constituem espaços para improvisação, experimentação e aprendizagem a fim de gerar e disseminar inovações e tecnologias no setor público (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2021).

Todavia, para que as organizações públicas possam inovar é importante que, antes disso, elas desenvolvam a capacidade absorptiva necessária para estocar conhecimentos valiosos e úteis, estabelecendo assim um conjunto de rotinas e processos organizacionais para adquirir, assimilar, transformar e aplicar esses conhecimentos a fim de gerar inovações (ZAHRA; GEORGE, 2002).

Autores como Harvey *et al.* (2010) e Murray *et al.* (2011) argumentam sobre a importância de se investigar a capacidade absorptiva no setor público. Eles explicam que embora a capacidade absorptiva seja concebida originalmente para incentivar a inovação no setor privado, essa capacidade organizacional pode ser muito benéfica para a administração pública ao passo que pode ajudar na compreensão aprimorada das demandas dos cidadãos, além de promover continuamente uma melhoria dos processos organizacionais e dos serviços prestados à sociedade. Diante disso, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: Como a

literatura existente aborda a importância da capacidade absorptiva para a inovação no setor público?

Em função do exposto, este estudo objetiva analisar a literatura existente com o propósito de identificar a importância da capacidade absorptiva para a inovação no setor público, a fim de indicar elementos que permitam uma compreensão aprimorada do tema.

Este estudo está estruturado em três seções. A primeira seção aborda uma contextualização introdutória e a justificativa para a realização da pesquisa, bem como apresenta o objetivo do trabalho. A segunda seção é dedicada à metodologia para o desenvolvimento da pesquisa realizada no *Google* acadêmico em abril de 2022. As seções seguintes tratam dos resultados obtidos no levantamento bibliográfico, apresentando os aspectos teóricos que vão desde o estabelecimento do modelo de administração gerencial culminando na importância da capacidade absorptiva para inovação no setor público. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais sobre a revisão da literatura realizada e aponta sugestões de pesquisas futuras.

2 METODOLOGIA

A fim de atender ao objetivo da pesquisa de analisar a literatura existente com o propósito de identificar a importância da capacidade absorptiva para a inovação no setor público realizou-se uma revisão da literatura do tipo narrativa.

Para Carvalho (2019), a revisão da literatura é um método de pesquisa promissor em várias áreas do conhecimento, pois possibilita a geração de novos resultados por meio da sumarização e da síntese de dados advindos de trabalhos já publicados, além de indicar sugestões de pesquisas futuras. Assim, esse estudo aborda uma revisão da literatura do tipo tradicional ou narrativa, uma vez que o percurso metodológico adotado restringiu a análise e interpretação das publicações dentro do tópico estudado, sem definir previamente um processo sistemático de recuperação das informações.

Para a coleta dos dados foram realizadas buscas sobre o tema no mês de abril de 2022, no *Google* acadêmico por meio da combinação das palavras-chave “administração gerencial”, “inovação”, “capacidade absorptiva” e “setor público”. Uma análise qualitativa foi realizada a partir da síntese das publicações anteriores sobre o tema de modo a descrever e discutir as descobertas anteriores (ROTHER, 2007).

3

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A administração gerencial como pano de fundo para inovação no setor público

A crise na administração pública que assolou o Brasil, severamente, no início da década de 1990, pode ser atribuída em partes a uma gama de retrocessos que trouxe a Constituinte de 1988, ainda que essa tenha iniciado a efetiva democratização do país. Mesmo com uma visão de que deveria acontecer um reformismo construído sob a égide democrática, seja na negociação e montagem de propostas, seja na proposição de instrumentos que democratizaram o Estado (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010), o que se vislumbrou, no entanto, foi um foco em correções nos desacertos do regime militar aplicados em anos anteriores, levando ao desfoque da implantação de medidas para uma reforma administrativa burocrática e gerencial que pudesse seguir os novos desafios trazidos pelo novo padrão global de administração pública.

Diante disso, a população brasileira, finalmente, percebeu que a Constituinte de 1988 não tinha resolvido a maior parte dos problemas que assolavam o país naquela época, o que pode ter resultado na ideia do Estado mínimo e dos marajás trazida pela Era Collor, que por sua vez, trouxe medidas políticas, econômicas e administrativas consideradas desastrosas. E isso obrigou o país a ter que passar por uma profunda reorganização administrativa no governo federal nos anos seguintes.

A partir de 1995, com a reforma Bresser, finalmente ocorreu a observação de experiências da gestão pública no âmbito internacional, havendo assim a ideia de uma administração voltada para resultados, ou modelo gerencial, como era chamado à época (ABRUCIO; PEDROTI; PÓ, 2010). Houve, então, o início da transição de uma administração pública burocrática, lenta e ineficiente, para uma administração pública gerencial, descentralizada, eficiente, voltada para o atendimento dos cidadãos (BRESSER-PEREIRA, 1996). Essa reforma seguiu um movimento internacional único, conhecido como a Nova Administração Pública (NAP), que visava introduzir na esfera pública uma cultura gerencial voltada para resultados e baseada em conceitos modernos de administração (SEABRA, 2001).

Essa administração pública gerencial traz alguns novos elementos básicos definindo-a, como já citado anteriormente, que ela é orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados, assim como sua estratégia de aplicação é erigida na descentralização e no incentivo à criatividade e inovação. Sem contar a redução de gastos públicos a curto prazo e expansão da eficiência do Estado mediante orientação gerencial (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998).

Nessa perspectiva evolutiva da modernização da administração pública, podemos afirmar que, hoje, os governos estão buscando cada vez mais soluções para demandas sociais, econômicas e culturais complexas, o que os obriga a continuamente aperfeiçoar sua transparência, qualidade, eficiência e eficácia de suas decisões e ações para a objetivação no atendimento dessas demandas.

Portanto, Cavalcante e Cunha (2017) corroboram que a implementação das inovações no setor público se justificam pelas falhas de governo, crescimento de problemas cada vez mais complexos, transversais, incertos e estruturantes, além de demandas por melhores serviços e mais participação social no processo decisório de políticas públicas. E tudo isso mostra que a inovação é uma realidade e um imperativo cada vez mais necessários ao setor público.

3.2 Inovação no setor público: uma realidade necessária

Com a globalização planetária, os sistemas sociais, culturais, políticos e econômicos estão cada vez mais conectados. E esse cenário cada vez mais complexo criado por essa globalização imparável, aliado ao combate à desigualdade e ao respeito à diversidade e ao multiculturalismo impõem à administração pública a necessidade de ser mais criativa e inovadora nas suas respostas em termos de políticas públicas (CAVALCANTE; CUNHA, 2017).

É mister o papel estratégico da inovação no setor público para que o Estado possa amplificar, efetivamente, sua eficiência nas suas atividades, tendo o objetivo de possibilitar ganhos crescentes para a sociedade no qual está inserido. Posto isso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE (2015), coloca que a inovação no setor público ganha impulso na medida em que os governos buscam atender às demandas contínuas por, entre outros, maior transparência, qualidade, eficiência e eficácia de suas ações, mediante novas ideias, novas abordagens ou novas maneiras de trabalhar. Nesse raciocínio, a inovação no setor público possibilita a criação de governos mais efetivos e eficientes, além de fornecer a legitimidade necessária para enfrentar problemas complexos (BEKKERS; EDELENBOS; STEIFM, 2011).

Pode-se afirmar que são indiscutíveis a importância e os efeitos da inovação no setor público para a resolução do grande número de desafios sociais. Nesse sentido, Noveck (2015) traz alguns dos efeitos benéficos da inovação no setor público, tais como: a) combater as epidemias e o terrorismo; b) lidar com ameaças de mudanças climáticas; c) melhorar o

sistema educacional; d) diminuir as taxas de crimes e presidiários; e) reduzir a violência doméstica e sexual; f) prevenir contaminações de tragédias ambientais, g) aumentar a eficiência da saúde e da educação pública, de modo a reduzir seus custos, e; h) melhorar o bem-estar da população em geral.

Nessa perspectiva, Mulgan e Albury (2003) defendem que a inovação significa a criação e implementação de novos processos, produtos e métodos que resultem em melhorias significativas na eficiência, eficácia ou qualidade do serviço público. Aliado a isso, Isidro-Filho (2017) explica que a inovação no setor público pode ser caracterizada como inovação de processo, inovação de produto, inovação organizacional e inovação de comunicação que são desenvolvidas com base nos modelos do tipo incremental, radical, melhoria, recombinação e formalização. Ademais, Sano (2020) destaca que as inovações no setor público podem ser agrupadas em processos administrativos, processos tecnológicos, serviços, conceitual, governança, e políticas públicas que podem resultar em graus de inovação como radical, incremental, sistêmica ou transformacional, ao passo que Buchheim, Krieger e Arndt (2020), em revisão sistemática da literatura identificaram quatro categorias importantes de inovações no setor público, a saber: inovações de produto/serviço, processo, governança e paradigma.

Kattel e Karo (2016), Cavalcante e Cunha (2017) elencam as funções do Estado na temática, sendo elas: investimento público em ciência, tecnologia e inovação (CTI) – na forma de pesquisa básica e aplicada, o setor público cria as condições para o mercado inovar e gerar grandes fontes de inovação, como por exemplo, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); inovação via compras públicas sustentáveis do governo federal; inovações institucionais econômicas; inovações institucionais políticas; inovações nos serviços – simplificação e/ou digitalização do atendimento na saúde ou previdência; criação de organizações ou alteração de processos decisórios ou de gestão, inclusive mediante a utilização de laboratórios de inovação, voltados a processos de aprendizagem e experimentação.

O experimentalismo é considerado a peça central da inovação, de maneira que tanto sistemas quanto episódios inovadores específicos normalmente determinam elementos não planejados de início. Nesse sentido, os laboratórios de inovação podem auxiliar na implementação de inovações no setor público, levando em conta que esses ambientes podem ser entendidos como uma solução criativa de problemas com espaço para improvisação, experimentação e tentativa – erro e assunção de riscos dentro das organizações públicas – que os laboratórios tanto estimulam quanto retiram as potencialidades de danos reais, uma vez que precedem o desenrolar prático e real da inovação (CAVALCANTE; CUNHA, 2017).

Dessa forma, os laboratórios de inovação apresentam-se como novas formas organizacionais e agentes de mudanças no setor público, tornando a prestação de serviços mais eficiente por meio da aprendizagem, absorção de conhecimentos, do desenvolvimento de competências e capacidades, e da disseminação de inovações e novas tecnologias. Em outras palavras, os laboratórios de inovação têm o importante papel de gerar soluções para atender aos novos desafios das organizações públicas que lidam com ambientes dinâmicos e cada vez mais complexos (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2021).

Para Silva Júnior *et al.*, (2021), essa missão dos laboratórios de inovação de governo só é possível se as organizações públicas possuírem a capacidade absorptiva necessária para estocar conhecimentos valiosos e úteis, ou seja, essas organizações precisam desenvolver rotinas e processos organizacionais para absorver conhecimentos externos do ambiente e aplicá-los conforme os objetivos organizacionais.

3.3 A importância da capacidade absorptiva para a inovação no setor público

O estudo de Cohen e Levinthal (1990) foi reconhecido como trabalho seminal que deu origem ao termo capacidade absorptiva considerando o nível de análise organizacional. Eles definiram a capacidade absorptiva como a habilidade da empresa de reconhecer o valor das informações externas, assimilá-las e explorá-las comercialmente, isto é, a criação de valor e de vantagens competitivas estão atreladas ao desempenho da empresa em aplicar com sucesso os novos conhecimentos externos para fins comerciais.

Posteriormente, os estudiosos Zahra e George (2002) trazem uma grande contribuição para a literatura ao proporem a reconceituação da capacidade absorptiva como uma capacidade organizacional dinâmica que é produzida por meio de um conjunto de rotinas e processos organizacionais pelos quais as empresas adquirem, assimilam, transformam e aplicam o conhecimento externo.

Zahra e George (2002) dividiram a capacidade absorptiva em duas dimensões: capacidade absorptiva potencial e a capacidade absorptiva realizada. Por um lado, a capacidade absorptiva potencial envolve a aquisição e assimilação dos conhecimentos externos, sem uma exploração desses conhecimentos. Por outro lado, a capacidade absorptiva realizada compreende a capacidade da empresa de transformar e aplicar os conhecimentos externos adquiridos para o desenvolvimento de novas práticas (CASSOL *et al.*, 2016). Em suma, o Quadro 1 traz as dimensões e os componentes da capacidade absorptiva.

Quadro 1 – Dimensões da capacidade absorptiva

Dimensão	Componentes	Definição	Autores
Capacidade Absortiva Potencial	Aquisição	É a habilidade da empresa de localizar, identificar, valorizar e adquirir conhecimento externo.	Cohen e Levinthal (1990); Zahra e George (2002); Lane, Koka e Pathak (2006); Veja-Jurado, Gutiérrez-Gracia e Fernández-de-Lucio (2008); Murovec e Prodan (2009); Camisón e Forés (2010).
	Assimilação	São os processos e rotinas que permitem que a nova informação ou conhecimento adquirido seja analisado, processado, interpretado, entendido, internalizado e classificado.	Cohen e Levinthal (1990); Zahra e George (2002); Lane, Koka e Pathak (2006); Todorova e Durisin (2007); Camisón e Forés (2010)
Capacidade Absortiva Realizada	Transformação	Refere-se ao refinamento do conhecimento externamente adquirido para adequá-lo às rotinas internas, de modo a facilitar a transferência e a combinação de conhecimento prévio com o novo conhecimento adquirido ou assimilado.	Cohen e Levinthal (1990); Szulanski (2000); Zahra e George (2002); Lane, Koka e Pathak (2006); Camisón e Forés (2010).
	Aplicação	Rotinas e processos que criam novas operações, conhecimentos, competências, bens e produtos.	Cohen e Levinthal (1990); Szulanski (1996, 2000); Kim (1997); Lane e Lubatkin (1998); Camisón e Forés (2010).

Fonte: Cassol *et al.* (2016).

Apesar das dimensões e componentes da capacidade absorptiva serem tratados de formas distintas, eles são complementares e combinados de modo que seja possível reconhecer e incorporar o conhecimento externo valioso (aquisição e assimilação), bem como utilizar esse conhecimento adquirido para inovar (transformação e aplicação) (ZAHRA; GEORGE, 2002).

A capacidade absorptiva é um importante antecedente organizacional para a inovação e o desempenho das empresas (ZAHRA; GEORGE, 2002; MIKHAILOV; REICHERT, 2019). Por exemplo, Mikhailov e Reichert (2019) perceberam que a capacidade absorptiva afeta positivamente a inovação tanto de produtos quanto de processos da empresa, mas para isso é necessário tratar a capacidade absorptiva como um conjunto de capacidades e observar as forças externas e internas que atuam sobre essa relação.

Todavia, em se tratando da inovação no setor público, o tema foi bem menos explorado em pesquisas científicas anteriores. Murray *et al.* (2011) explicam que esse baixo

número de estudos pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo fato de a capacidade absorptiva ter sido concebida originalmente com o objetivo de gerar vantagem competitiva e incentivar a inovação no setor privado. Contudo, os autores também reconhecem a importância do tema para o setor público.

Harvey *et al.* (2010) destacam a importância de se estudar empiricamente a aplicação da capacidade absorptiva na inovação e desempenho de organizações públicas. Para eles, a adoção de práticas e rotinas de capacidade absorptiva na administração pública pode ajudar a obter uma compreensão aprimorada das demandas dos cidadãos, além de promover continuamente uma melhoria dos processos organizacionais e dos serviços prestados à sociedade.

Aliado a isso, Flores, Kracik e Franzoni (2018) argumentam que devido ao processo de modernização, as organizações públicas estão cada vez mais incorporando ferramentas e metodologias até então empregadas no setor privado para contribuir com a eficiência e a eficácia na prestação de serviços públicos. Nessa linha, os autores entendem que o desenvolvimento da capacidade absorptiva em organizações públicas pode ajudar a estreitar o diálogo entre cidadãos e o Estado, de modo a ampliar a relação entre esses atores.

Dessa forma, a capacidade absorptiva, enquanto uma capacidade organizacional dinâmica, mostra-se relevante para melhorar o desempenho de inovação e a eficiência de organizações públicas. Muito embora, seja mais difícil perceber as vantagens dessa capacidade nas organizações públicas, uma vez que os benefícios como a criação de valor público ou prestação de conta não ficam retidos pela organização, mas são distribuídos à sociedade (CAMPOS *et al.*, 2020).

Alguns estudos buscaram avaliar o papel da capacidade absorptiva nas instituições públicas de ensino, a exemplo de Agostineto (2019) e Escobar, Florêncio e Escobar (2020). Ambos os estudos abordaram a capacidade absorptiva no nível individual, considerando que a aquisição, a assimilação, a transformação e a aplicação de novos conhecimentos externos é fruto da iniciativa individual e da interação do grupo. Agostineto (2019) identificou que a capacidade absorptiva individual impacta positivamente no desempenho de inovação dos servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Santa Catarina, seja por meio da criação de ideias ou pela implementação delas. Além disso, Escobar, Florêncio e Escobar (2020) perceberam uma influência positiva da capacidade absorptiva individual na intenção empreendedora de estudantes de administração de uma universidade pública.

Posto isso, Ciotti e Favretto (2017) afirmam que as universidades estão cada vez mais lidando com ambientes dinâmicos, de modo a observarem mudanças de ênfase nas tarefas

intelectuais e sociais para as tarefas organizacionais visando prover competitividade e inovação. Nesse sentido, os autores chamam a atenção para a necessidade crescente de estudar as práticas de capacidade absorptiva nessas instituições, a fim de suprir a lacuna teórica ainda existente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo de administração pública fruto das transformações sociais, econômicas e políticas apresentou-se como necessário para atender às demandas cada vez mais complexas da sociedade. E foi percebendo as deficiências e dificuldades na administração pública burocrática de governos anteriores que Bresser, em 1995, finalmente, implementou a terceira reforma administrativa trazendo no seu escopo os princípios do modelo de administração gerencial voltados ao atendimento das necessidades da população, à descentralização e à eficiência da máquina pública, estimulando especialmente a criatividade e a inovação dentro dos espaços públicos.

Diante dessa necessidade de modernização, a inovação no setor público assume um papel relevante para que o Estado possa gerar soluções mais eficientes para responder ao ambiente cada vez mais dinâmico e às demandas societárias complexas, a exemplo do combate às epidemias e ao terrorismo, da redução da violência doméstica e sexual, do aumento da eficiência da saúde e da educação pública, entre outras demandas apontadas por Noveck (2015).

Nesse sentido, as organizações públicas podem desenvolver diferentes tipos de inovações, quer seja na forma de produto, processo, comunicação e organizacional, quer seja abordando um modelo de inovação incremental ou radical, considerando os problemas crescentes da sociedade em todas as áreas de interesse, como saúde, educação, meio ambiente, segurança, economia, entre outras.

Nesse contexto, observa-se o importante papel dos laboratórios de inovação como espaços para a improvisação, aprendizagem e experimentação, levando aos erros e acertos que possibilitam a geração de inovações com menores efeitos negativos potenciais nas suas aplicações. Dessa maneira, os laboratórios de inovação funcionam como novas formas organizacionais que contribuem para gerar inovações no setor público por meio da aprendizagem e experimentação.

Além dos laboratórios de inovação, a capacidade absorptiva (que envolve um conjunto de rotinas e processos organizacionais pelos quais as organizações públicas adquirem,

assimilam, transformam e aplicam os conhecimentos externos valiosos), surge como um elemento adicional para a geração de inovações no setor público. Muito embora essa capacidade tenha sido concebida originalmente para estimular a inovação e a competitividade no setor privado.

Dessa forma, as organizações públicas precisam estimular a capacidade absorptiva necessária a fim de gerar inovações promissoras que respondam aos variados desafios da sociedade. Todavia, há poucos estudos que exploram a capacidade absorptiva na administração pública, em especial no tocante à geração de inovações. Portanto, preencher essa lacuna de pesquisa torna-se extremamente relevante, uma vez que futuros estudos empíricos sobre o tema podem ajudar os gestores de inovação dos diversos espaços públicos que buscam novas práticas e rotinas organizacionais capazes de potencializar a geração de soluções mais eficientes no atendimento das variadas demandas societais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e o significado das reformas administrativas. In: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L. e PACHECO, R. S. (orgs). **Burocracia e Política no Brasil: desafios para o estado democrático do século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 27-53.

AGOSTINETO, R. C. **Capital Intelectual, Capacidade Absortiva Individual e Desempenho de Inovação em uma Instituição de Ensino**. 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

BEKKERS, V.; EDELENBOS, J.; STEIJN, B. (Eds.). **Innovation in the public sector: linking capacity and leadership**. Governance and Public Management Series. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. (orgs.) **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21-38.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, p. 07-40, 1996.

BUCHHEIM, L.; KRIEGER, A.; ARNDT, S. Innovation types in public sector organizations: a systematic review of the literature. **Management Review Quarterly**, 70, p. 509-533, 2020.

CAMPOS, W. Y. Y. Z *et al.* Capacidades Dinâmicas e Setor Público: Ensaio Teórico à luz dos Microfundamentos da Estratégia. In: IX ENCONTRO DE ESTUDOS EM ESTRATÉGIA, 2020, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2020, p. 1-10.

CARVALHO, Y. M. Do velho ao novo: a revisão de literatura como método de fazer ciência. **Revista Thema**, v. 16, n. 4, p. 913-928, 2019.

CASSOL, A; CINTRA, R. F.; RUAS, R. L.; OLDONI, L. E. Desenvolvimento da Capacidade Absortiva em Empresas Incubadas e Graduadas de Santa Catarina, Brasil. **Desenvolvimento em questão**, v. 14, n. 37, p. 168-201, 2016.

CAVALCANTE, P.; CUNHA, B. Q. É preciso inovar no governo, mas por quê? In: CAVALCANTE, P.; CAMÕES, M.; CUNHA, B.; SEVERO, W. (Orgs). **Inovação no Setor Público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap, Ipea, 2017. p. 15-32.

CIOTTI, R.; FAVRETTO, J. Capacidade Absortiva em Instituições de Ensino Superior: Uma Sistematização da Literatura. **CONTEXTUS Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 15, n. 3, p. 203-229, set/dez 2017.

COHEN, W. M.; LEVINTHAL, D. A. Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation. **Administrative Science Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 128-152, 1990.

ESCOBAR, M. A. R.; FLORÊNCIO, M. N. S.; ESCOBAR, A. G. O papel da capacidade de absorção na intenção empreendedora de discentes de uma universidade pública. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e946975237, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.5237>

FLORES, H. A.; KRACIK, M. S.; FRANZONI, A. M. B. Capacidade Absortiva na Administração Pública. In: VIII CONGRESO INTERNACIONAL DE CONOCIMIENTO E INNOVACIÓN, 2018, Guadalajara, **Anais...** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2018, 1-14.

HARVEY, G *et al.* Absorptive capacity in a nonmarket environment: a knowledge-based approach to analysing the performance of sector organizations. **Public Management Review**, v. 12, n. 1, p. 77-97, 2010.

ISIDRO-FILHO, A. Inovação no setor público federal: relações entre capacidades, modelos, tipos e resultados de inovação. In: X CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 2017, Brasília, **Anais...** Brasília: CONSAD, 2017, p. 1-12.

KATTEL, R.; KARO, E. **Start-up governments, or can Bureaucracies innovate?** Inetconomics, 2016.

MIKHAILOV, A.; REICHERT, F. M. Influência da capacidade absortiva sobre inovação: uma revisão sistemática de literatura. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 20, n. 6, p. eRAMD190033, 2019.

MULGAN, G.; ALBURY, D. **Innovation in the Public Sector**. Prime Minister's Strategy Unit. London: Government of the United Kingdom, 2003.

MURRAY, K *et al.* Absorptive capacity as a guiding concept for effective public sector management and conservation of freshwater ecosystems. **Environmental management**, v. 47, n. 5, p. 917-925, 2011.

NOVECK, B. S. **Smart citizens, smarter state: the technologies of expertise and the future of governing**. Harvard University Press, 2015.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **The innovation imperative in the Public Sector: setting an agenda for action.** Paris: OECD Publishing, 2015.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 1-2, 2007.

SANO, H. **Laboratórios de inovação no setor público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais.** Brasília: Enap, 2020.

SEABRA, S. N. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 35, n. 4, p. 19-43, 2001.

SILVA JÚNIOR, A. C *et al.* Novas Formas Organizacionais no Setor Público: os Laboratórios de Inovação de Governo sob a Ótica da Teoria Neoschumpeteriana. **NAVUS – Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 11, p. 1-13, 2021.

ZAHRA, S. A.; GEORGE, G. Absorptive capacity: A review, reconceptualization, and extension. **Academy of Management Review**, v. 27, n. 2, p. 185-203, 2002.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

SOUSA, R. M; FLORÊNCIO, M, N. S; MORAES, T. A. Importância da Capacidade Absortiva na Inovação do Setor Público: Uma Revisão da Literatura. **Rev. FSA**, Teresina, v.19, n. 9, art. 3, p. 49-62, set. 2022.

Contribuição dos Autores	R. M. Sousa	M, N. S. Florêncio	T. A. Moraes
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X